



**PREFEITURA MUNICIPAL DE DEPUTADO IRAPUAN
PINHEIRO - ESTADO DO CEARÁ
COMISSÃO DE PREGÃO**

IMPUGNAÇÃO EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL
Nº 2018.02.26.1 – PPSRP

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº
2018.02.26.1 – PPSRP

JOSÉ NERGINO SOBREIRA (PJS

DISTRIBUIDORA), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 63.478.895/0001-94, com endereço comercial na Avenida Padre Cícero, nº 3051, bairro Muriti, cidade de Crato, Estado do Ceará, vem mui respeitosamente, perante este órgão, por meio de seu representante abaixo-assinado, TEMPESTIVAMENTE:



IMPUGNAÇÃO AO EDITAL,

Pelos fatos e fundamentos a seguir aduzidos:

1. DOS FATOS

A subscrevente tendo interesse em participar da licitação supramencionada, adquiriu o respectivo Edital, conforme documento junto.

Ao verificar as condições para participação no pleito em tela, deparou-se a mesma, que o Objeto da presente licitação trata-se de:

“REGISTRO DE PREÇOS VISANDO À AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DESTINADOS À DOAÇÃO GRATUITA PELA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE DEPUTADO IRAPUAN RIBEIRO, CONFORME PROJETO BÁSICO/TERO DE REFERENCIA EM ANEXO AO EDITAL.”

Pode-se observar facilmente que no Lote 01 – Medicamentos diversos, em seu item 8, prevê o fornecimento do medicamento IMIPRAMINA 25mg 20 drágeas, que trata-se de um medicamento de uso controlado.

Pelos fatos apontados percebemos facilmente o tamanho da ilegalidade e como fere o princípio da Isonomia.

Ora Nobre Julgador, a empresa Impugnante é distribuidora de medicamentos e fez opção de não trabalhar com medicamentos controlados, já que a própria ANVISA fornece diversos tipos de licença, desta forma, colocar medicamentos controlados entre os pedidos, entre os lotes, em vez que colocar em um lote específico para eles, fere o principio da Isonomia, pois ao incluir um medicamento controlado entre medicamentos não controlados, ela acaba por excluir todas aquelas empresas que não trabalham com aquele produto.

Desta feita, é notório que tal omissão, torna o edital absolutamente ilegal, pois afronta às normas que regem o procedimento licitatório, entre os quais o principio da livre concorrência, como à frente será demonstrado.

II - DA ILEGALIDADE

De acordo com o § 1º, Inciso I, do art. 3, da Lei nº 8666/93, é vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, **restringam ou frustrem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções** em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato; (grifamos)

O art. 41, da Lei nº 8666/93, preleciona que:

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

§ 1º Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113.

§ 2º Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preços ou concurso, ou a realização de leilão, as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

§ 3º A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

Ora, à medida que o indigitado Edital encontra-se ilegal percebemos que o mesmo consigna cláusula manifestamente comprometedoras ou restritiva do caráter competitivo que deve presidir toda e qualquer licitação.

Como se não bastasse, o item objurgado, fere igualmente o princípio da isonomia consagrado no inc. I, do art. 5º, da Constituição Federal.

Dada à meridiana clareza com que se apresenta a ilegalidade do item apontado, pelo mero cotejo com a letra fria da lei, despiciendo é



N. Termos,
P. E. Deferimento.

Crato - CE, 08 de Março de 2018.

Raquel Maria dos Anjos

REQUERENTE